

Ascema exige apuração da denúncia de desvios na apuração de crime ambiental, impune há uma década e alvo da gestão irresponsável do governo Bolsonaro e do ministro Salles

Neste último domingo (13), o programa Fantástico, da Rede Globo, mostrou os esforços do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMbio) para conter a “torneira aberta” do desmatamento e venda ilegal de madeira. O caso denunciado na matéria aconteceu em setembro de 2011 e se mantém impune até hoje. O foco da operação era num dos últimos maciços de floresta amazônica no estado do Maranhão, a Reserva Biológica do Gurupi, que é cercada por Terras Indígenas e lar de espécies únicas que só existem na região. Gurupi era, historicamente, uma das Unidades de Conservação (UC) com mais pressão de desmatamento e exploração de madeira e, na ocasião, foi cenário do flagrante de uma ação irregular de retirada de madeira e exploração. “Era como se fosse uma torneira aberta”, declara um dos servidores em entrevista.

À época, os fiscais ambientais encontraram um cenário de grande investimento sobre esse ato irregular e diversas pessoas foram presas. Dias depois, foi diagnosticado um estrago muito maior do que se havia aferido na primeira etapa. Foram quase 33 km de vias abertas na mata, com objetivo exclusivo de extração de madeira. Calcula-se que o entorno foi gravemente afetado devido ao arraste das madeiras e que cerca de 30.000 m³ de madeira tenham sido retirados do local. Esse estrago representa mais de 2.500 hectares de danos. Segundo depoimentos de pessoas que foram presas, a empresa responsável por esses crimes seria a Floraplac, empresa do grupo Concrem, exportadora de madeira. Uma perícia da Polícia Federal (PF) confirmou a devastação feita na reserva. Os donos da Floraplac foram denunciados por formação de quadrilha, furto qualificado, danos em UC e transporte ilegal de madeira. A empresa foi multada, até então, em R\$ 30 milhões por desmatar uma área de preservação, mas nunca chegou a pagar esse valor.

A empresa se defendeu, recorreu, o processo segue seu curso legal e, mesmo com a penalidade confirmada em duas instâncias, o caso segue em aberto. A reviravolta do caso, que deveria estar finalizado, ocorreu com a entrada de Marcos de Castro Simanovic, diretor de criação e manejo de UC do ICMBio. Simanovic também é coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo. O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, junto do presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), nomearam outros quadros das forças militares para cargos no ICMBio e são apoiadores de Simanovic. Segundo apontou a reportagem do Fantástico, em conjunto com o Coronel Homero Cerqueira, presidente do ICMBio à época, essas figuras ajudaram a livrar a empresa de suas penalidades e o processo foi reaberto em 2019, numa ação incomum. Simanovic empenhou-se diretamente na suspensão da multa aplicada e pediu a reabertura do processo, após uma reunião em outubro de 2019. Posteriormente, após reuniões não oficiais, o processo foi arquivado e as pessoas que discordaram desse fato foram exoneradas. Um exemplo dessas exonerações foi Fernando Passos, que trabalhou na Coordenação Geral de Proteção e foi um dos entrevistados para a matéria. Fernando denunciou as práticas irregulares e relacionou seu afastamento com o fato de ser contrário à opinião de seus superiores.

A **Ascema Nacional** pede apuração imediata dos atos praticados pela alta administração do ICMBio, culminando na falta de aplicação de penalidade sobre esse caso e todos os outros que estão passando impunes e fazendo parte dessa boiada constante que vem passando durante a gestão de Ricardo Salles, apoiada por Bolsonaro e coordenada por seus subordinados. É preciso que os servidores tenham liberdade de trabalho e que a militarização da fiscalização ambiental seja interrompida. A exploração irregular de madeira, garimpos ilegais, desmatamento e tantos outros danos ao meio ambiente, estão acontecendo sem as devidas penalizações. Quase uma década depois desses crimes da Concrem, nada foi feito e os criminosos seguem impunes. Essa é a face de Salles diante da pasta ambiental.

Desde que assumiu o Planalto, Bolsonaro deixou claro que iria agir contra as penalidades emitidas pelo ICMBio e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O presidente segue falando abertamente e com orgulho sobre a queda de fiscalização e aplicação de multas dos órgãos ambientais e corrobora com o ministro Salles em uma ação anti ambiental. Salles, por sua vez, já é alvo de investigações da Polícia Federal (PF) por supostas relações do ministro com madeireiras que tiveram cargas ilegais apreendidas na Europa e EUA. Cármen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu um inquérito sobre a conduta de Salles por suposta interferência na ação de maior apreensão de madeira no Brasil em 2020 no Amazonas. O ministro segue negando as acusações, mesmo com suas práticas explícitas.

Além disso, um estudo inédito da Mapbiomas mostrou que o governo atuou apenas em 2% das denúncias de desmatamento. Ao longo de um ano, a área verde desmatada foi de 4 mil campos de futebol. Em média, 24 árvores foram derrubadas por segundo. Isso representa um crescimento de 14% em relação a 2019 em uma extensão de nove vezes a cidade de São Paulo. Bolsonaro e Salles estão descumprindo os compromissos firmados na Cúpula do Clima e são alvo de críticas internacionais sobre sua gestão irresponsável com nossas florestas.

Também chamamos atenção para os riscos a que os servidores comprometidos estão sujeitos cotidianamente. Na entrevista ao Fantástico deste domingo, um dos servidores não se sente seguro de se identificar e relata a realidade atual que enfrentamos na busca de exercer nosso trabalho com compromisso. **“Hoje a gente não tem muita segurança em como a gente vai ser entendido dentro do nosso órgão, dentro desse governo. A gente não vive um momento bom para quem trabalha na área ambiental no Brasil”**, relata. Além das violências contra o meio ambiente, trabalhadores estão sendo ameaçados e violentados por defenderem o patrimônio natural brasileiro.

É preciso que a Polícia Federal, o Ministério Público e o Supremo tomem medidas urgentes! E que os deputados assumam sua responsabilidade e aprovem a instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as responsabilidades do governo federal na destruição do meio ambiente. A Ascema Nacional volta a se posicionar contra esse governo negacionista, anti ambiental e que ameaça o serviço público! Fora Salles e Fora Bolsonaro!